# Obras no Templo do Mosteiro de Tibães
## 1654-1661

JOSÉ CARLOS GONÇALVES PEIXOTO [1]

**RESUMO:** Podemos sinalizar várias fases na edificação e na história do mosteiro de Tibães. Num relance geral e breve diríamos que a edificação, reconstrução e reabilitação do mosteiro de Tibães atravessou seis fases: a fundação no século VI; a refundação e reedificação do mosteiro românico no século XI; a ampliação do mosteiro da reforma do século XVI; as influências barrocas do século XVII e XVIII; expulsão, esbulho dos bens dos monges e entrega do mosteiro ao abandono (1834-1986); a reabilitação patrimonial a partir de 1972.

O templo atual remonta ao período de 1628-1661. Neste estudo procuramos estudar o último período dessa construção 1654-1661. A decoração interior, bem como as restantes obras do mosteiro, são de épocas posteriores.

Palavras-chave: mosteiro de Tibães, fundação, templo.

***ABSTRACT:*** *We can point out several phases in the construction and history of the monastery of Tibães. In a general and brief glance we would say that the construction, reconstruction and rehabilitation of the monastery of Tibães went through six phases: the foundation in the 6th century; the refounding and rebuilding of the Romanesque monastery in the 11th century; the expansion of the monastery of the 16th century reform; the baroque influences of the 17th and 18th century; expulsion, confiscation of the monks' goods and surrender of the monastery to abandonment (1834-1986); heritage rehabilitation from 1972 onwards. The current temple dates back to the period 1628-1661. In this study we seek to study the last period of this construction 1654-1661. The interior decoration, as well as the other works of the monastery, are from later periods.*

*Keywords: Tibães monastery, foundation, temple.*

---

[1] Investigador e Mestre em Educação pela Universidade do Minho.

– 1683-1686, levantamento do pórtico da igreja e da portaria dos carros;
– 1686-1691, reconstrução da portaria de pé, salão da ouvidoria, átrio da igreja, escadaria, dormitório dos gerais, sala do recibo, celeiro e estrebarias;
– 1692-1695, retábulo da capela de Santa Lutgarda ao estilo barroco nacional por frei Cipriano da Cruz, onde a padroeira dos convertidos está representada numa das suas visões: Jesus Cristo desprende um dos braços da cruz, abraça-a e deixa-a beijar uma das suas chagas;
– 1692-1697, dormitório da hospedaria, botica, abegoarias, palheiros e cortes;
– 1698, pintura das imagens do pórtico;
– 1698-1703, livraria, dormitório, adegas e reconstrução ampliada da cozinha;
– 1692-1707, construção dos retábulos ao estilo barroco nacional da mística flamenga do século XIII, Santa Ida de Lovaina, e o da Sagrada Família, todos da autoria de frei Cipriano Cruz;
– 1700, conclusão da sala capitular (na padieira encontramos a data);
– 1750, os três nichos e esculturas de São Bento, S. Martinho e de S. Escolástica (irmã de S. Bento e fundadora da ordem beneditina feminina), respetivamente da esquerda para a direita, por frei José António Vilaça;
– 1757-1760, retábulos da capela mor e da sacristia, por André Soares;
– 1737-1740, António Fernandes Palmeira executa o altar do Descida da Cruz ou do Santíssimo, ao estilo joanino.

O século XVIII marca uma nova fase na remodelação da abadia, centrando-se na igreja, na cerca, nos jardins, nas fontes, nos terreiros. Os obreiros desta fase foram o engenheiro militar Manuel Pinto Vilalobos no traço do pórtico da igreja e Manuel Fernandes da Silva, com intervenções na cerca, jardins e chafarizes, terreiro da portaria, chafariz e nicho de São João e passadiço das celas dos abades-gerais.

## 2 – FASES NA EDIFICAÇÃO DO MOSTEIRO

Num relance geral e breve, diríamos que a edificação, reconstrução e reabilitação do mosteiro de Tibães atravessou seis fases:

– a fundação no século VI;
– a refundação e reedificação do mosteiro românico no século XI;
– a ampliação do mosteiro da reforma do século XVI;
– as influências barrocas do século XVII e XVIII;
– expulsão, esbulho dos bens dos monges e entrega do mosteiro ao abandono (1834-1986);
– a reabilitação patrimonial a partir de 1972.

## A FUNDAÇÃO NO SÉCULO VI

Embora o site da Direção Regional de Cultura do Norte, *https://culturanorte.gov.pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/*, e outros roteiros e escritos remontem a fundação do mosteiro ao séc. XI (uns entre 1070 a 1077, outros 1080), nós defendemos que a fundação terá ocorrido no séc. VI (ano 562).

No século XI sabemos que Paio Guterres da Silva não fundou, mas reedificou o mosteiro primitivo. Há vestígios desta reconstituição. Mas não temos vestígios do mosteiro primitivo. Isso não obsta a existência de dezenas de argumentos a favor da tese do séc. VI, podendo, no entanto, não ser exatamente no lugar do mosteiro atual. Esses argumentos foram explicitados no nosso livro *Memórias do Couto de Tibães*, dos quais destaco apenas uma carta de frei Drumário, redigida em 7 de outubro de 571, que menciona os cenóbios existentes naquela data: «Dumiense, Antonium, Victorim, Tibianense, Vilare, Vargens, Magnetense, Turris, Claudinum, Cabanense, Azarense – o Dumiense, S. Antão de Moure, S. Vitouro, Tibães, Vilar, Várzea, Manhente, S. Salvador da Torre, S. Cláudio, S. João de Cabanas, S. Cosme de Azere».

Para confirmar a nossa tese sobre a data da fundação do cenóbio, basta ler frei Leão de S. Tomás, que, em 1644, confirma tal afirmação. Acrescente-se ao autor da *Benedictina Lusitana*, outros

ilustres memorialistas como frei Marceliano da Ascensão, frei Tomás de Aquino, frei Manuel de Santo António, Pinho Leal, D. Rodrigo da Cunha, Albano Bellino, Rafael Bluteau e Diogo P. Forjaz de Sampaio Pimentel[6]. Este autor refere a existência de uma lápide com a data de 562, como outros aludiram à mesma pedra e inscrição, entretanto, desaparecida.

Portanto não alinhamos no argumento de falta de comprovação arqueológica e documental. Quem aponta a data de 1080 para a sua fundação por D. Paio Guterres da Silva, esquecem-se ponto um que Dona Velásquides, em 1060, se envolve na reconstrução, ponto dois que a infanta Dona Urraca, em 1071, doa parte do mosteiro à Sé de Tuy e ponto três que Boa Gonçalves, em 1077, doa parte dos bens que possuía em Tibães à Sé de Braga onde foi fundado o mosteiro «ubi modo fundato est monasterio»[7], mas não diz quando, nem onde, nem por quem.

O atual mosteiro é obra do século XVII e XVIII, mas foi construído sobre um mosteiro do século XI, que seria, obviamente, de reduzidas dimensões.

Este mosteiro do século XI sucedeu a um outro que foi construído no séc. VI, na base do monte de São Gens. Portanto o mosteiro, e assim o atestam todos os beneditinos e muitos cronistas, teria sido fundado por volta do ano 562, na zona do atual mosteiro, não necessariamente no mesmo local.

Como se disse não existem vestígios da construção pré-românica e do primitivo mosteiro. Desapareceram, mas temos o «argumentário ad hominem», documentais indiretos, e muitos escritos de eruditos beneditinos que reforçam a nossa tese.

Tibães arvora uma costela dos suevos, dos descendentes de Teodomiro, que foram cristianizados por São Martinho de Dume. A própria etimologia do nome da freguesia tem origem sueva.

## A REFUNDAÇÃO DO MOSTEIRO ROMÂNICO NO SÉCULO XI

Se a fundação ocorreu no ano de 562, a seguir a reedificação passou por outras fases: em 1060 a reconstrução do mosteiro por D. Velásquides; em 1071, a doação de parte do mosteiro à Sé de Tuy

---

6 In *Memórias do Bom Jesus do Monte*, Coimbra, imprensa da universidade, 1876, p. 122.
7 *Liber Fidei*, fl. 46-46v, doc. 136 (B) e fl. 159, doc. 609 (C).

pela infanta D. Urraca; em 1088 a continuação da reedificação do cenóbio primitivo por Paio Guterres da Silva. Simultaneamente assistia-se em 1088 à adoção da regra beneditina pelos abades de Tibães: D. Paio ou Pelagius de Teudilanensis; Lovegildo de Tiudilanes; D. Nuno de Tibianis e D. Ordonho. Todos eles desempenharam uma missão relevante na reedificação do mosteiro.

D. Afonso Henriques, em pergaminho datado de 7 de julho de 1140, outorgou ao abade Ordonho de Tibães o couto de Mendo e Santa Maria da Estela (Póvoa de Varzim): «*vestrisque monacis in cenóbio Tiianensi vita sancta perseverantibus vestrique successoribus* – vossos monges que no convento de Tibães perseveram numa vida santa, e a vossos sucessores».

O epitáfio do abade Ordonho: «[…] HOC REQ(u)I(e)SCAT / […][id]US AP(ril)IS ORDONIUS A[bbas]», existente num fragmento de lintel do tímpano do portal, presumivelmente datado de [1151-1161], dá a entender que a igreja românica estaria concluída em meados do século XII, cerca de cindo décadas após a outorga da carta de couto pelo Conde D. Henrique, em 1110, ao abade Nuno de Tibães (1095 a 1135). Com certeza que os abadágios provenientes dos privilégios estabelecidos pela atribuição de couto ao senhorio eclesiástico do mosteiro de Tibães forneceram um valioso contributo e incremento na construção da igreja medieval de traça românica.

Até à fase seguinte assiste-se a uma crise monástico-clerical, onde os beneditinos se acantonaram no Entre Douro e Minho, pressionados no centro e sul pelos cistercienses. Os monges viraram grandes senhores latifundiários. Segue-se a intrusão dos abades comendatários, depredadores dos bens monásticos.

## A AMPLIAÇÃO DO MOSTEIRO DA REFORMA DO SÉCULO XVI

O século XVI foi um século charneira e um ponto de partida para a reformação monástica. A nomeação de bispos pastorais e não palacianos, como d. frei Bartolomeu dos Mártires, contribuiu para a tão esperada reforma eclesiástica. Também a chegada de dois monges beneditinos, frei António de Sá e frei João Chanones, favoreceu a dita e necessária ação disciplinadora.

Do cabido de Tibães, no séc. XVI, saiu a ideia de transformar os mosteiros da ordem de natureza medieva ou protomedieva por templos adequados às novas exigências, mais modernos e de feição barroca.

O Governo do abade comendatário frei António de Sá (1535--1550) deu início a melhoramentos. Encontrando o mosteiro arruinado e sem condições de recolher monges «*entrou (…) a reparar o q. podia servir, mandou fazer hum dormitório onde recolheo os monges mandou fazer noviciado, e tudo as mais offecinas necessárias para huma comunidade viver e governar sem falta dentro da clausura*»[8].

A morte de d. Bernardo da Cruz, em 1565, o último abade comendatário, é um marco. Este acontecimento vai motivar um forte impulso na implementação da reforma beneditina começada, seis anos antes, no mosteiro de S. Tirso.

O século XVI foi, a todos os títulos, ímpar na história do mosteiro de Tibães, como casa mãe da ordem beneditina, em 1567, e, três anos depois, assiste ao primeiro capítulo geral e à constituição e à ereção efetiva da Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal. Estas duas datas marcaram o século XVI, enquanto o mosteiro de Tibães alcança maior importância religiosa, cultural, artística, política e social. A partir daqui o mosteiro é alvo de uma renovação arquitetónica, de transição do medieval para o moderno. Quando o abade geral frei Pedro Chaves (1569-1581) tomou posse encontrou o mosteiro assim: «… *tudo pequeno e tudo velho… o mosteiro tinha a portaria para sul*»[9].

É o tempo da portaria dos carros, de novos blocos a sul e a poente, do claustro do cemitério, da capela da Sr.ª do Rosário, da hospedaria e do noviciado. No fundo processou-se uma renovação arquitetónica de transição do medieval para o moderno.

## AS INFLUÊNCIAS BARROCAS DO SÉCULO XVII E XVIII

No período 1614-1617 dá-se início à construção do claustro do refeitório.

Mas vai ser no momento posterior, 1628-1661, que o velho edifício românico-gótico dará origem à igreja maneirista cujo traçado se deve a Manuel Álvares. Este período coincide com a fase de maior pujança e remodelação do mosteiro de Tibães de raiz maneirista, com particular incidência no cenóbio medieval.

---

[8] AMS, Marcelino da Ascensão, *Crónica do antigo real e palatino mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente*, 1745, fl. 160-165.

[9] AMS, Marcelino da Ascensão, *Crónica do antigo real e palatino mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente*, 1745, fl. 211.

Como já referimos, este trabalho abrange e incide, apenas, numa parcela deste momento temporal (1654-1661), quando o mosteiro atinge o máximo esplendor transformando-se num conjunto monástico barroco, constituído pelo templo, espaços conventuais e cerca.

Os livros de obras, existentes no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo do Mosteiro de Singeverga, em regra muito minuciosos, são fundamentais para conhecer o ritmo das edificações, os materiais utilizados e os valores em questão.

Neste período os beneditinos encetaram um projeto de reconstrução, reabilitação e ampliação dos diferentes espaços comunitários. A sensação relativa ao andamento das obras denota que a reconstrução se processou por partes, algumas em simultâneo, em função das disponibilidades financeiras e da capacidade e dinâmica dos abades gerais.

No século XVII, as obras organizaram-se desta forma: novo noviciado, cozinha, dormitório, concluídos em 1625, a decoração do claustro do refeitório com 32 painéis a óleo sobre a vida de São Bento (1626-1629), adossado ao reconstruído claustro do cemitério (1626-1638), novo hospício (1652), a edificação da monumental igreja concluída em 1661, de uma nave, com transepto, com abóbada enquadrada por caixotões em granito, com capelas laterais e uma capela-mor com altar elevado e coro iluminado por janelão.

Durante o período de 1628-1661, várias obras correram em paralelo com a construção da igreja: 1632, construção do caminho para a capelinha de S. Bento; 1644, claustro do cemitério; 1652, reformulação do caminho que liga à capela, colocação de azulejos no claustro do cemitério, expansão do edifício para poente, novo hospício com armários e retábulo, e hospedaria.

No século XVIII as obras incidiram, fundamentalmente, na cerca conventual, com abertura de caminhos, arroteamento dos socalcos e campos, abertura de uma rede de aproveitamento de águas, o pátio alpendrado do galo (1716), a construção do escadório ou Rua das Fontes (1731-1734), o lago, os dois moinhos, uma azenha, um lagar de azeite e um engenho de serrar. Neste século as obras não mais pararam: os restantes retábulos da igreja, fonte de São Bento e de São Beda, passadiço, jardim de São João, reedificação da sala do capítulo, livraria, dormitório para hóspedes, aposentos do abade e respetiva capela, construção do lago, botica.

## EXPULSÃO DOS MONGES E ABANDONO (1834-1986)

A extinção das ordens religiosas e a expulsão dos beneditinos das suas casas e moradias, dos seus bens, pertenças e direitos, foi meio caminho para o abandono e degradação máxima, fruto da nacionalização dos bens e mais tarde da venda dos bens religiosos em hasta pública à nova classe dominante, que viria a ocupar, deste modo, os espaços sacralizados.

No percurso existiram pequeníssimas obras de manutenção, mas que nunca chegavam para as encomendas.

Na década de 30, do século XX, com a chegada de quatro beneditinos (António Coelho, Bento Ferreira, Martinho da Cunha e Ludgero Jaspers) pairou a intenção de reabilitação da abadia. Mas foi sol de pouca dura.

## A REABILITAÇÃO A PARTIR DE 1972

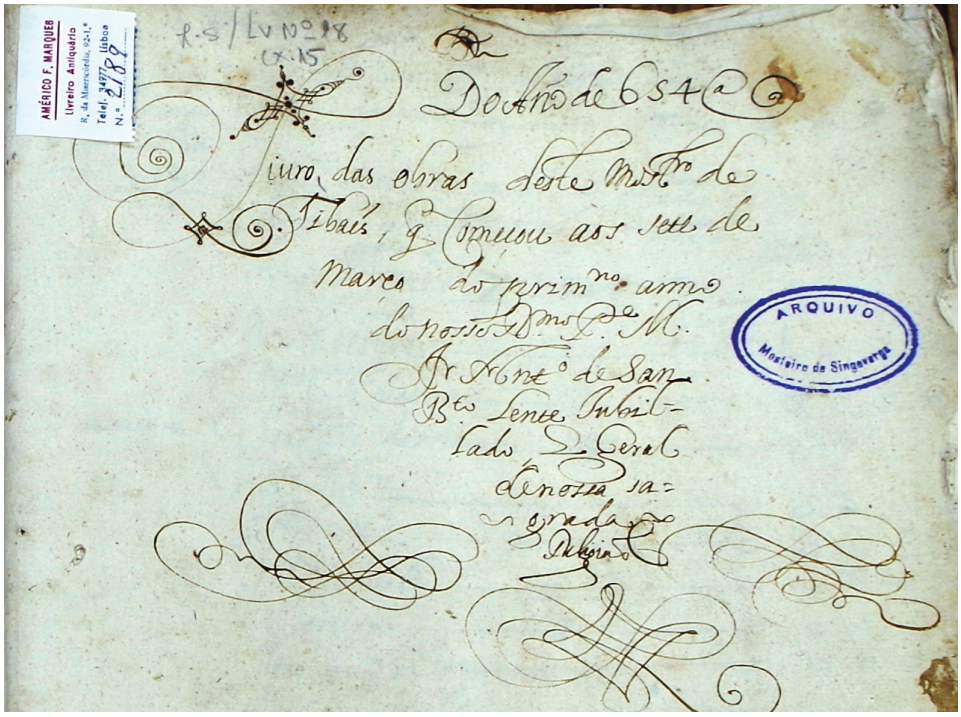
A aquisição do mosteiro pelo Estado aconteceu em 19 de agosto de 1986, agora não por uma questão religiosa, ou seja, dessacralização dos conventos e mosteiros, mas pelo facto de os proprietários privados não reabilitarem o mosteiro e o mesmo prosseguir num estado de degradação alarmante. Esta transição do imóvel dos privados para o Estado, sugerida por muitos durante muito tempo, abriu a clareira que permitiu chegar à fonte da luz.

Depois deste acontecimento, depois da escritura de aquisição e resgate patrimonial, apenas se pensava na urgência da sua reabilitação e valorização como monumento, devolvendo-o à fruição pública como museu. Cada pedra da laboriosa colmeia monástica tem uma história, desta forma haveria que transformá-la num local de encontro e de cultura, num núcleo e espaço museológico por onde pudessem correr exposições, concertos, conferências e as mais diversificadas atividades.

Um espaço de atratividade, de lazer e de cultura que congregasse visitantes amantes do património.

Alguns anos após a aquisição do imóvel pelo Estado, reiniciaram grandiosas obras de reabilitação, que terminaram na restituição patrimonial para fruição cultural.

## 3 – ESPECIFICIDADE DAS OBRAS ENTRE 1654-1661




Estas obras coincidem com o termo da construção exterior do templo do mosteiro de Tibães, sempre seguidas de perto pelo abade geral, que dava cobertura aos gastos efetuados pelo padre gastador e dos conselheiros técnicos.

A vistoria das obras neste período esteve a cargo de frei Turriano e do facto são várias as saídas de caixa para as suas deslocações.

Os gastos com as obras distribuem-se pelos seguintes locais: claustro novo, lajeamento dos claustros, canteiros dos claustros, forros do coro, do telhado e abóbada da igreja nova, lampadários para a capela-mor, lagar de azeite, moinho do rio, azenha, repuxos de água dos claustros, fonte do dormitório, muros e casa da quinta do anjo, grades de ferro para as janelas da capela-mor, grades de ferro para as janelas da tribuna, grades de ferro para os janelões do coro, grade de ferro para a torre de fora, madeira para a capela-mor (retábulo mor primitivo), portas para o passadiço, barco de passagem de Padim da Graça.

No lapso de tempo compreendido neste estudo, 1654-1661, foram milhares os carretos de pedra, telha, palha e cal. Quase diariamente chegavam ao adro do mosteiro carretos com diferentes materiais de construção que traziam ao estaleiro algum afã e açodamento, concretizando: carros de bois apinhados de pedra (4.041 carretos), centenas de carros de cal, de carvão para a forja do ferreiro das obras (57 carros), de saibro (250 carros), de ferro, telhas (183 carros), carretos de telhões, alcatruzes, azulejos e, para não estranhar, carros de palha milha, palha painça, milho maís, feno e erva.

Permitam-me esta reflexão: se nos últimos oito anos correspondentes à finalização exterior do templo foram necessários mais de quatro milhares de carretos de pedra, calcule-se a dimensão e a quantidade total na globalidade dos 33 anos (1628-1661), período em que o consumo foi muito superior.

O mosteiro além de fretar boieiros e respetivo transporte, possuía, igualmente, uma vasta frota de carros puxados por juntas de bois a quem era necessário providenciar o sustento. Além dos recursos cerealíferos próprios, o mosteiro recorria à aquisição de milhares de dúzias de molhos de palha e outros bens adequados à alimentação dos animais.

Os gastos totais nestes oito anos foram os seguintes:

| ano | valor em rs |
|---|---|
| 1654 | 333.624 |
| 1655 | 559.262 |
| 1656 | 420.886 |
| 1657 | 965.632 |
| 1658 | 692.232 |
| 1659 | 872.494 |
| 1660 | 893.315 |
| 1661 | 884.746 |
| **total dos oito anos** | **5.622.191** |

Os gastos repartem-se por diversas rubricas e que agrupamos deste modo:

- diversos materiais: pedra, madeira de carvalho para a tribuna, cal, saibro, azulejos para as capelas e claustro novo, telhas e cumes para o templo e para a casa da quinta do Anjo, tubos cerâmicos ou alcatruzes;
- metais: ferro, aço, chumbo, pregos;
- mão de obra: mestres de pedraria, oficiais de Afife, de Quintiães, de Rendufe e de Guimarães, aprendizes, assentadores, aparelhadores, carpinteiros, estucadores, ferreiros, boieiros, carreteiros, serventuários, criados, moços de recados, mulheres de frete;
- ferramentas: marrões, cestos, canastros, cântaros, foucinhas, serras, cirandas ou crivos, peneiras, enxadas, alviões, machados, roldanas, cordas, calabres, fechaduras, dobradiças, embraçadeiras, argolas, aguilhões, verrumas;
- manutenção e aquisição de animais: palha, feno, erva;
- carros de bois: jugos, cabeçalhos, tanoeiros, sogas, sebo para olear os carros, breu;
- consertos como do marrão;
- gastos com os moinhos: pedras alveiras[10] e negreiras que atestam a importância da moagem para a administração beneditina, mós para a azenha do moinho do rio, aguilhão para a azenha, segurelha peça onde entra o ferro que segura a mó inferior, pedras de moer para azenha;
- aquisição de um barco novo para a passagem do rio em Padim da Graça;
- diversos: merendas, esmolas, subsídios para os que se aleijavam.

O valor reportado à mão de obra divide-se nuns casos ao dia, à soldada, à féria. Em regra os diversos profissionais, como também os criados, os hortelãos e os moços de servir eram pagos à soldada, os jornaleiros pagos ao dia. Os oficiais distribuíam-se por classes, de primeira, segunda e aprendizes.

Por estranho que possa parecer, neste período não consta nenhuma aquisição de carretos de areia, quer fluvial, quer xistosa, apenas encontramos uma compra de argila, em 6 de dezembro de 1655, por 80 rs.

[10] As pedras alveiras instalavam-se, normalmente, em moinhos de rodízio.

Resumidamente foram despendidos com a:

| gastos | Valor em rs |
|---|---|
| mão de obra | 3.544.950 |
| pedra | 16.164 |
| cal | 626.295 |
| carvão | 80.091 |
| palha (2161 dúzias), feno e erva | 105.335 |
| saibro | 3.980 |
| telha | 54.430 |
| 160 telhões | 775 |
| 5 carros de telha para a quinta do Anjo | 1.250 |
| ferro (medido em arrobas e arráteis) | 77.100 |
| aço | 5.240 |
| chumbo | 3.790 |

Explicitemos, melhor, as verbas referidas anteriormente. O preço da mão de obra era muito variável. Um mestre podia auferir 160 rs dia, um oficial 130 rs dia, um carpinteiro 100 rs dia, assentadores a 120 rs dia, trabalhadores de primeira a 100 rs dia, trabalhadores de segunda de 50 a 60 rs dia, aprendizes a 40 rs dia.

Relativamente à pedra é relevante notar que durante todo este período o preço da pedra permaneceu sempre inalterável, 40 rs cada carro. De salientar, igualmente, o baixo preço da matéria-prima em comparação com outros materiais.

Assistimos à aquisição de volumosas quantidades de cal, com certeza para os acabamentos finais em argamassa e para as tintas.

Também encontramos verbas usadas na aquisição de vinho e azeite: o registo de pipas de vinho, com origem no Porto, por 1.100 rs cada, mais tarde a 1.150 rs, acrescidos dos respetivos carretos. Curiosamente também registámos a chegada de pipas de azeite a 1.100 rs cada.

O preço dos materiais era muito diferenciado e, em termos comparativos, mostra a importância e relevância dos mesmos na época.

Durante os oito anos em estudo concluímos que alguns mantiveram sempre o mesmo preço (pedra, ferro, aço); outros variaram muito de preço chegando a aumentar 50 por cento, por exemplo o saibro; outros dobraram de preço, como a palha; e, finalmente, houve materiais que triplicaram como a cal e o carvão, que provinham de origens bem diversas.

Também é de comparar o preço relativo de algumas ferramentas:

| material | medida | Valor em rs no início da obra | Valor em rs no fim da obra |
|---|---|---|---|
| pedra | carreto | 40 | 40 |
| ferro | arrátel | 22 | 23 |
| telha | carreto | 250 | 300 |
| saibro | carreto | 20 | 30 |
| carvão | carreto | 400 | 1200 |
| palha | dúzia | 30 | 70 |
| cal | alqueire | 12 | 35 |
| aço | arrátel | 50 | 55 |
| cesto | | 12 | 20 |
| verruma | | 40 | |
| dobradiça | | 110 | |
| fechadura | | 60 | 110 |
| foucinha | | 40 | |
| jugo | | 150 | |
| soga | | 140 | 200 |
| alcatruz | | 13 | |
| ciranda, crivo | | 20 | |
| serra | | 250 | |
| cabeçalha para os bois | | 140 | |
| forja para o ferreiro | | 8000 | |
| marrão | | 1150 | 1400 |

Os materiais utilizados nas obras tinham, em regra, a seguinte proveniência: a pedra e o granito para além de outros fins, para alvenaria e cantaria, saíram, na grande maioria, das pedreiras de Montariol, de Cervães e do monte das Caldas[11]; os azulejos de S. João da Foz, no Porto; a cal de Vila do Conde; o ferro de Braga; as pedras alveiras[12] e negreiras para as azenhas de Viana do Castelo; o peixe do Porto; o feno de Braga.

As medidas em que eram adquiridos os materiais eram as constantes: alqueire (equivalente a 13,215 litros); arrátel (equivalente a 0, 459 kg); arroba (equivalente a 32 arráteis ou 14,688 kg); quintal (igual a 4 arrobas ou 58,752 kg); pipa (25 almudes ou 435 litros); moio (equivalente a 60 alqueires) e a dúzia de molhos (no caso da palha).

Registamos, igualmente, a preocupação em proteger os trabalhadores vítimas de acidentes nas obras. Para tal há várias saídas de verbas para a atribuição de esmolas.

No manuscrito consultado aparece o nome de várias moedas que, na coluna gastos, eram convertidas em reis, desta forma: 1 vintém corresponde a 20 rs; 1 tostão a 100 rs; 20 vinténs correspondem à vigésima parte de um cruzado que são 400 rs; 1 cruzado corresponde a 400 rs; finalmente os contos de réis. O total de gastos nos oito anos em estudo soma 5.622.191$000, valor já indicado anteriormente.

A pesquisa e a abordagem deste documento evidenciam a natural azáfama do estaleiro para a construção do templo, onde abundavam os mestres pedreiros, carpinteiros, ferreiros, oficiais, moços de recados, o moço das ervas, serventuários, assentadores, carreteiros e boieiros. Muitos homens passaram pelas obras no período abordado. Deixamos, aqui, o nome de alguns para que não sejam esquecidos aqueles que, com o seu suor e esforço, levantaram uma obra grandiosa:

Mestres pedreiros – Bento Correia, António Correia e Pedro Machado;

Oficiais – Pedro Gomes, Domingos Lopes, Valadares, João Carvalho, Pedro Coelho, Pedro Gomes, Pedro G., Joseph Correia, João de Sá, João Gonçalves, Sebastião A., Domingos António, Domingos Lopes;

---

[11] ADB, Conv. e Mosteiros da CSB, Tibães, *Livro do Gasto da Casa, livro das obras e livro dos conselhos*, 500, fl. 450.

[12] As pedras alveiras instalavam-se, normalmente, em moinhos de rodízio.

Oficiais de Afife – Sebastião Martins, Martim Pires, João Afonso, Domingos João, Franco Martins;

Pedreiros, assentadores, aparelhadores – Domingos da Silva, João Moreira, António Moreira, João Lourenço, António Lourenço, João André, Baltazar, Domingos Gomes, Gaspar Coelho, Domingos João, Giraldo Carvalho, João do Sisto, Mangoal, Bartolomeu Dias, Bento Lopes, Francisco Gonçalves, Ambrósio Gomes, Domingos Ribeiro, Sebastião Martins; Joseph Correia, Joseph de Sá, Vicente Coelho, Manuel Martins, Manuel Nogueira;

Carpinteiros – Francisco Gomes, Francisco Ribeiro, João Dias, Baltazar Peixoto, Manuel Peixoto, Bento Peixoto, Martim Pires;

Carreteiros de pedra – António Domingues, João Domingues, Gregório Domingues, Paulo Jácome, Amaro Luís, Joseph, João Filipe, Filipe Domingues, Paulo Franco, Gaspar Franco;

Boieiros – Francisco Burgos, Gonçalo, Bento Ribeiro.

## CONCLUSÃO

Procuramos dar ênfase a uma das etapas de execução da obra do templo, deduzindo que o produto final correspondeu ao impulso primordial da sua idealização. A partir do traçado arquitetónico passamos em revista as principais intervenções e os elementos de modificação no espaço intervencionado.

Nos diferentes arquivos encontramos vários livros de obras e de gastos relativos à construção da igreja (1628-1661). Como foi referido, inicialmente, nesta investigação debruçamo-nos, apenas, sobre o *Livro das obras do mosteiro de Tibães*[13], entre 1654-1661. O estudo ficaria completo em articulação com os restantes livros.

Para além de outras possíveis abordagens, não poderíamos deixar o nosso testemunho de gratidão por todos aqueles que ergueram este mosteiro, pelo sacrifício indescritível que muitos artífices passaram.

Comparar situações, em épocas diferentes, é impossível, mas dá para constatar que o progresso e as condições de trabalho evoluíram e, neste caso, não poderemos voltar atrás, apenas tomar consciência que o Homem é fundamental na engrenagem da civilização.

---

[13] Arquivo do Mosteiro de Singeverga, caixa 15, livro 18, 1654–1661.

## INTRODUÇÃO

Este estudo coincide precisamente com a fase final da construção da igreja do mosteiro de Tibães, conforme se pode constatar pela imagem, a seguir, que refere expressamente a data do início e termo do templo 1628-1661.




Para o efeito, consultamos o Arquivo do Mosteiro de Singeverga, mais propriamente, a caixa 15, livro 18, com o título *Livro das Obras do Mosteiro de Tibães*. Este manuscrito respeita ao período de 07 de março de 1654 e culmina em 24 de novembro de 1661.

Simultaneamente ocorriam outras obras em paralelo, no senhorio eclesiástico de Tibães, e o manuscrito citado dá conta dos gastos efetuados com as mesmas, onde todos os valores estão assinalados, na coluna gasto, em reis (rs).

O documento em análise foi redigido pelo padre gastador, o padre mestre-de-obras, debaixo da vigilância e controle do abade geral.

Os beneditinos preocupavam-se em registar e contabilizar tudo, até as mais ínfimas despesas nos livros de gasto e despesa ou dos recibos da casa. Encontramos anotações de pregos, tachas, palha, feno, dobradiças, fechaduras, aluguer de bestas, fios, cordas, alfinetes, esmolas, fosse em pequena ou grande dose.

Todas as verbas destinadas às obras eram entregues ao padre gastador (gastador do convento, demandista), por onde corriam as obras e os gastos da casa, que recebia as verbas do depósito para, posteriormente, consignar as quantias a todas as empreitadas fossem elas arquitetónicas, consertos nas dependências do mosteiro, nos muros das quintas, barcas, moinhos, alfaias, soldadas e salários, géneros alimentícios, tecidos, drogarias, medicamentos, caminhos, carretos, demandas, administração agrícola como sementeiras e despesas com animais.

As verbas recebidas tinham origem na Arca do Depósito a que só tinha acesso os dois ou três padres depositários eleitos no capítulo geral, ou o próprio Abade Geral e na sua ausência o padre Prior, cada um com a sua chave de acesso. Era o que recebia a maior fatia do depósito. O padre gastador acumulava com a função mestre-de-obras[2].

Ao padre gastador competia a responsabilidade de zelar pelas contas que assentava em livro próprio, como no caso presente e objeto de estudo[3].

Este cargo, à semelhança dos restantes de ordem governamental, era renovado trienalmente.

---

2 ADB, CSB, Liv. 316. Junta de 1801.

3 AMS, Caixa 15, Liv. 18

## 1 – A CONSTRUÇÃO DA IGREJA ENTRE 1654-1661

Uma abordagem deste registo documental, referido anteriormente, com perto de 200 fólios permite explorar várias temáticas bastante diferenciadas: designação, quantidade e origem dos materiais; localização dos recursos; modos e meios de transporte; hierarquização e especificação dos recursos humanos; tipologia das profissões inerentes à construção; localização da origem dos principais núcleos de fornecimento de mão-de-obra.

Já não estamos perante a conceção e a intenção de construção do templo do mosteiro de Tibães, onde se colocam problemas de edificação, projetos a desenvolver, estudos arquitetónicos, modos de execução.

Para aqui chegar foram necessárias técnicas apuradas de edificação, centenas de operários das mais diversas áreas e paciência quanto baste pois tudo era bem conjeturado e, consequentemente, demorado.

O estudo em presença dá-nos conta da obra na fase final de execução, na ocasião acompanhada de perto pelo abade geral, por frei João Turriano[4] e pelos visitadores que acompanhavam de perto a contabilidade.

O mosteiro de Tibães é composto por uma igreja, erigida entre 1628 e 1661 no lugar da antiga igreja românica, seguindo o estilo maneirista, com planta de cruz latina, abóbada de cantaria, capelas laterais na nave e transepto, edifício amplo, sóbrio e funcional; alas conventuais, ruínas e cerca monástica. O projeto da autoria do arquiteto Manuel Álvares obedece às características da arquitetura religiosa portuguesa de então, onde uma larga escadaria dá acesso ao adro onde sobressai a imponente fachada do templo, ladeada por duas torres sineiras e um pórtico axial.

A reedificação da atual igreja monástica, de estilo chão e de grande dimensão, sofreu uma grande ampliação, uma remodelação que demorou cerca de 33 anos, cabendo a decisão de construir e

---

[4] Frei João Turriano nasceu em 1610. Descende de uma portuguesa D. Maria Manuel e de um italiano, um dos mais conceituados engenheiros militares Leonardo Turriano. Em 1629, logo após a morte de seu pai, comunga os hábitos dos beneditinos, tendo-lhe D. João IV entregue o cargo de Engenheiro-Mor do Reino. Herdou do seu pai o gosto pela arquitetura e engenharia.

ampliar a nova igreja, a frei Gregório das Chagas e a frei Leão de São Tomás[5], a quem coube apresentar o plano geral, terminando no abacial de frei Vicente Rangel.

O mosteiro de Tibães, Casa Mãe da Congregação dos Monges Negros de São Bento, reporta, a este período mais lato do estudo, os seguintes abades gerais: 1626-1629, fr. Gregório das Chagas, natural de Lisboa; 1629-1629, fr. Leão de S. Tomás, natural de Coimbra; 1629-1632, fr. Tomás do Socorro (2.ª vez); 1632-1635, fr. António dos Reis, faleceu em Tibães (3.ª vez); 1635-1638, fr. Manuel de Santa Cruz, natural de Vila Conde; 1638-1641, fr. Leão de S. Tomás (2.ª vez); 1641-1644, fr. Pedro de Sousa, Pombal; 1644-1647, fr. António Carneiro, de Vila do Conde; 1647-1650, fr. Miguel de S. Boaventura, de Vila do Conde; 1650-1653, fr. Francisco dos Reis, de Braga; 1653-1656, fr. António de S. Bento, de Viana do Castelo; 1656-1656, fr. Miguel de S. Boaventura (2.ª vez); 1657-1658, fr. Vicente Rangel, do Porto; 1659-1662, fr. Vicente Rangel (2.ª vez).

Na discussão do plano foram determinantes o arquiteto ou mestre pedreiro, encarregado de construir, de supervisionar a obra, de orientar o trabalho dos oficiais.

Aos pedreiros competia a execução da obra, aos carpinteiros a construção da estrutura, desde a cofragem, a estrutura do teto, os andaimes, os elevadores que permitiam a elevação dos materiais, as cambotas onde eram assentes as pedras que iriam formar os arcos.

A construção de raiz foi-se desenvolvendo em torno dos dois claustros, do cemitério e do refeitório, e de dois pátios, o terreiro de S. João e o terreiro das adegas.

Como salientamos anteriormente, o templo ostenta o risco, o traçado e o plano dos arquitetos: Manuel Álvares (recebeu em 6 de agosto de 1654, pelo traço da novel igreja 1.200 rs) ao conceber um templo de nave central com capelas laterais de forma a contemplar a dinâmica de renovação emanada do concílio de Trento (1545-1563); frei João de Turriano, arquiteto beneditino, que acompanhou as obras (recebeu 4.000 rs, em 23 de setembro de 1656 e, no ano seguinte, a quantia de 8.000 rs); António Andrade a quem se atribui a autoria do singular cadeiral tardo-gótico do coro alto (1666-1668); e um vasto

---

[5] Nasceu em Coimbra em 1574 e Lente de Prima da Faculdade de Teologia da Universidade. As suas ossadas foram trasladadas do cemitério da Conchada, da cidade de Coimbra, para Tibães, por alvará assinado em 3 de fevereiro de 1933, in Arquivo do Mosteiro de Singeverga, cx. 17, livro 21.

número de mestres pedreiros que trabalharam como supervisores, entre outros: Bento Correia, António Correia e Pedro Machado.

Estamos perante o termo de um templo com grandes intervenções.

Só, posteriormente, se procedeu à decoração das capelas e de todo o interior (a primeira decoração termina em 1707, daí podermos contar setenta e nove anos desde o início da construção da igreja até estar totalmente ornamentada no interior). A decoração interior onde sobressai a talha dourada do arco triunfal e o retábulo do altar-mor em estilo rocaille foram remetidas para épocas posteriores, com frei Cipriano da Cruz Sousa (1645-1716), André Soares (1720-1769), José Álvares de Araújo e frei José de Santo António Vilaça (1731-1809).

Tudo se deveu ao espírito renovador e reformador beneditino do segundo quartel do século XVII, com as obras de pedraria iniciadas e levadas a cabo a partir de 1628 pelo geral frei Leão de São Tomás.

O período em análise reporta a 1654-1661, mas fora deste espaço temporal de 8 anos, período de conclusão do templo, passou-se à fase do revestimento interior da igreja, onde se expõem os diferentes estilos da talha dourada, o maneirismo; o barroco nacional e joanino; o rococó e o neoclássico. Algumas datas marcam a decoração interior e grandes alterações se processam no seio da igreja:

– 1661, as paredes começam a receber a talha inicial;
– 1661-1655, conclusão do retábulo primitivo da capela mor, atribuído a António de Andrade e respetivas imagens (Visitação, São Bernardo e São Gregório) por frei Cipriano da Cruz, transferido, posteriormente, para S. Romão do Neiva;
– 1668, retábulo e imaginária da primeira capela do lado do evangelho dedicado a Santa Gertrudes, nascida na Saxónia, em 1256, representada com um coração inflamado dentro do qual se encontra o Menino Jesus;
– 1655, colocação de azulejo padrão no claustro do cemitério;
– 1665-1668, construção do coro alto e do cadeiral, igualmente atribuído a António de Andrade;
– 1680, conclusão da fachada do templo com a edificação das duas torres sineiras e dos coruchéus;
– 1680-1683, construção da nova sacristia por frei Cipriano da Cruz;